



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO - SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

LICIT. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24744623/2021-SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000250/2021-28

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, em âmbito nacional, com fornecimento de peças, incluindo o valor de deslocamento para realização dos serviços, dos seguintes equipamentos da marca Agilent, localizados no Instituto Nacional de Criminalística (INC) e nas unidades técnico-científicas de todos os estados conforme condições, cuja distribuição atual, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos I, II e III:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	Serviço de manutenção corretiva com fornecimento de peças para 10 (dez) Cromatógrafos Gasosos acoplados a espectrômetros de massas (CG-EM), 4 (quatro) cromatógrafos líquidos de alta eficiência (HPLC), 1 (um) cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 2 (dois) espectrofotômetros de ultravioleta-visível (UV-Vis) e 1 (um) espectrômetro de absorção atômica (AA), todos da marca Agilent, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, situado na cidade de Brasília/DF; 34 (trinta e quatro) Cromatógrafos Gasosos acoplados a espectrômetros de massas (CG-EM), 3 (três) cromatógrafos líquidos de alta eficiência (HPLC), 35 (trinta e cinco) espectrofotômetros de ultravioleta-visível (UV-Vis) e 4 (quatro) espectrômetros de infravermelho por transformada de Fourier (FTIR), todos da marca Agilent, nas unidades descentralizadas, conforme descrição do Anexo I.	Unidade	1	R\$ 2.369.253,78
2	Serviço de manutenção corretiva com fornecimento de peças para 1 (um) espectrômetro de massa com plasma indutivamente acoplado modelo 7500ce ICP-MS da marca Agilent, dotado de ALS.	Unidade	1	R\$ 32.552,13

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção corretiva com fornecimento de peças para equipamentos da marca Agilent instalados em Brasília (itens 1 e 2) e nas unidades descentralizadas de perícia **constantes do item 10.1.1 deste instrumento.**

1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima e nos Anexos II e III, com os valores máximos aceitáveis individualizados de peças e serviços previstos.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Tarefa-

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. O benefício que trata o Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015 não se aplica ao item 2, apesar de ter valor inferior a R\$ 80.000,00, conforme art 10º, inciso I, do referido decreto, ou seja, não foram localizados três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, conforme documento SEI nº **20609549** e transcrito abaixo.

2.2. Compete, no âmbito das atribuições do Serviço de Perícias de Laboratório - SEPLAB/DPER/INC/DITEC, especificar e propor a aquisição de produtos e serviços necessários para o bom desempenho das atividades.

2.3. Os equipamentos empregados em análises de química forense, em especial os destinados a exames por cromatografia e espectrometria de massas, sofrem desgastes decorrentes do uso rotineiro e contínuo a que são submetidos, o que pode gerar, caso não possuam a devida manutenção e reparo, importantes prejuízos às análises e ao trabalho do SEPLAB/DPER/DITEC/PF e das unidades descentralizadas. Trata-se de equipamentos caros que significaram um altíssimo investimento da instituição; mantê-los fora de serviço por um tempo elevado aumenta sobremaneira o tempo de atendimento de algumas solicitações de exames periciais no SEPLAB/DPER/INC/DITEC e das unidades descentralizadas de perícia.

2.4. Devido ao uso intenso desses equipamentos, faz-se necessário o uso de serviços de manutenção corretiva sempre que necessário, para que se evite desta forma a interrupção abrupta de atendimento dos Laudos Periciais. Com um contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva, é possível a manutenção imediata do equipamento, sem a necessidade de contratações pontuais, que poderia levar vários meses para ser efetivada.

2.5. Considerando, ainda, a idade média dos equipamentos da marca Agilent, que começaram a ser instalados nos laboratórios da PF no ano de 2006, estimou-se que a necessidade de manutenções corretivas tenderá a sofrer um acréscimo em relação ao último contrato.

2.6. Vale ressaltar que esteve vigente um contrato de manutenção corretiva de equipamentos da empresa Agilent desde 06/07/2016 (Processo SEI nº 08059.001425/2015-67) e este se encerrou em 07/07/2021, sem possibilidade de renovação, conforme exposto no Despacho SEI 1514585-GESCON/SELOG/DITEC.

2.7. Em média são produzidos anualmente 500 laudos de Química Forense no Instituto Nacional de Criminalística e mais de 8000 laudos nas unidades de perícia descentralizadas, sendo que para a produção de parte deles, os Peritos Criminais Federais utilizaram os equipamentos, que estão no escopo dessa contratação.

2.8. Os referidos equipamentos são empregados em diversas análises químicas realizadas no SEPLAB/DPER/INC/DITEC e nas unidades descentralizadas de Perícia. Os equipamentos de cromatografia gasosa acoplados a espectrômetros de massas (CG/EM) são uns dos principais instrumentos analíticos utilizados ao combate de ilícitos envolvendo substâncias químicas diversas. É uma das principais ferramentas na identificação de drogas de abuso proscritas ou controladas tais como cocaína, MDMA, THC etc. Permite a identificação e até a determinação de pureza (em análises quantitativas). Os CG/EM são equipamentos fundamentais no projeto estratégico Perfil Químico de Drogas (PeQui), onde os principais objetivos são a determinação geográfica de origem da cocaína apreendida no país e traçar rotas de tráfico, para auxiliar investigações policiais. Os CG/EM e demais equipamentos da empresa Agilent também são empregados, além das análises de drogas, na análise de medicamentos, agroquímicos, combustíveis, análises toxicológicas, resíduos de pós-explosão e diversos vestígios químicos.

2.9. O SEPLAB/DPER/INC/DITEC participa anualmente de ensaios internacionais de proficiência, promovidos pelo escritório para ao combate às drogas e ao crime organizado das Nações Unidas (ICE/UNODC), além de possuir desde o ano de 2014 acreditação na norma internacional ISO 17025. Para este nível de qualidade, os equipamentos da empresa Agilent têm sido amplamente utilizados para participar destas iniciativas que garantem um elevado padrão de excelência, comparável aos melhores laboratórios de Química Forense existentes.

2.10. O último Contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva, que vigorou por 5 anos, demonstrou claramente a importância e eficiência de uma contratação nesses moldes. Dezenas de manutenções corretivas foram realizadas, permitindo a execução de análises periciais céleres e com grande qualidade técnica.

2.11. Os quantitativos demandados de peças, de deslocamento dos técnicos e de horas técnicas se pautaram no contrato atualmente vigente até 07/07/2021, sem possibilidade de renovação (conforme Despacho nº 1514585), além das inclusões de peças, conforme históricos de manutenção constante no mesmo processo (08059.001425/2015-67), em seus aditivos e nos processos de pagamentos relacionados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, conforme documento SEI nº 20609549 e transcrita abaixo.

3.2. A descrição da solução abrange a contratação de serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças para 10 (dez) Cromatógrafos Gasosos acoplados a espectrômetros de massas (CG-EM), 4 (quatro) cromatógrafos líquidos de alta eficiência (HPLC), 1 (um) cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 2 (dois) espectrofotômetros de ultravioleta-visível (UV-Vis) e 1 (um) espectrômetro de absorção atômica (AA), todos da marca Agilent, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal (Anexo I deste instrumento, SEI 20610224), situado na cidade de Brasília/DF; 34 (trinta e quatro) Cromatógrafos Gasosos acoplados a espectrômetros de massas (CG-EM), 3 (três) cromatógrafos líquidos de alta eficiência (HPLC), 35 (trinta e cinco) espectrofotômetros de ultravioleta-visível (UV-Vis) e 4 (quatro) espectrômetros de infravermelho por transformada de Fourier (FTIR), todos da marca Agilent, nas unidades descentralizadas (Anexo I deste instrumento, endereços no Anexo III). A descrição da solução também inclui 1 (um) espectrômetro de massa com plasma indutivamente acoplado modelo 7500ce ICP-MS da marca Agilent instalado em Brasília/DF (Item 2 da Tabela na seção “DO OBJETO”).

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Os serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento da condição normal de operação dos equipamentos constantes do Anexo I e do item 2 da seção “DO OBJETO”. Para a consecução deste objetivo devem ser previstos os custos referentes a: (a) peças e materiais necessários aos reparos aos custos, presentes no Anexo II, incluindo o seu transporte; (b) despesas de deslocamento (ida e volta), incluindo hospedagem, do técnico da contratada até as unidades da Contratante, cujos endereços estão descritos no Anexo III; (c) mão-de-obra especializada ou horas técnicas, descritas no Anexo III.

5.1.3.

5.1.4. O serviço de manutenção corretiva do equipamento incluirá a correção de falhas e defeitos encontrados, a limpeza e a validação, quando cabível.

5.1.5. O serviço de manutenção corretiva do equipamento é de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com atendimento sob demanda, conforme necessidade.

5.1.6. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

5.1.7. As peças e materiais aplicáveis deverão ser originais de primeiro uso, novas e compatíveis com o que há de mais atual no mercado, ou reconcondicionadas sob responsabilidade da Contratada e com suas respectivas garantias, sempre empregadas dentro das melhores práticas técnicas.

5.1.8. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.9. Modificações técnicas de melhoria de engenharia poderão ser realizadas no momento do reparo desde que não acarretem limitação das funcionalidades originais ou redução do tempo de vida útil do equipamento e não tragam nenhum custo adicional à Contratante, desde que autorizado pela Contratante.

5.1.10. O quadro com soluções de mercado encontra-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (20609549).

5.1.11. Como os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção corretiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho, em caso de mau funcionamento, ou em

computadores disponibilizados pela Contratante em substituição aos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

5.1.12. Sempre que necessário será realizado, durante a vigência do contrato, a Manutenção Corretiva nos equipamentos descritos nos itens 1 e/ou 2, de acordo com solicitação da Contratante através de chamado ao serviço de atendimento ao cliente da empresa, por e-mail ou telefone.

5.1.13. Após a abertura do chamado de manutenção, será estabelecido pela Contratada um cronograma com a expectativa de atendimento, com prévio agendamento junto ao Fiscal Local da unidade técnico-científica da Polícia Federal, cujo equipamento necessite de manutenção e que deverá ser aprovado pelo Fiscal Geral do Contrato.

5.1.14. Considerando as distâncias envolvidas em manutenções em nível nacional, as etapas de apresentação de cronogramas, agendamentos das manutenções, indicação de Fiscais Locais e aprovação para execução dos serviços, poderão ser feitas por meio eletrônico, através de mensagens trocadas entre e-mail oficial da Polícia Federal (no caso dos fiscais de contrato) e da empresa contratada.

5.1.15. A solicitação do serviço de manutenção corretiva será formalizada pelo Fiscal Geral do contrato ou pelo Fiscal Local através de e-mail ou telefone, ou caso exista, de Serviço de Atendimento ao Cliente da Contratada. Qualquer que seja o meio de comunicação empregado, a Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

5.1.16. A contratada terá 48 (quarenta e oito) horas para responder formalmente a qualquer solicitação de serviços de manutenção:

5.1.17. Em caso de manutenção corretiva, a contratada deve apresentar uma cotação para o serviço solicitado ou, em caso de impossibilidade de diagnóstico remoto, deve sugerir uma data para a visita técnica para diagnóstico do defeito apresentado pelo equipamento.

5.1.18. A Cotação feita remotamente ou no local da manutenção, indicando os procedimentos e eventuais trocas de peças e componentes necessários para a solução do problema e seus valores, deverá ser encaminhado ao Fiscal Geral do Contrato e aprovado por ele. Quando aplicável, a prazo de validade dos materiais utilizados/entregues, como por exemplo, padrões de cátions e ânions e padrões de calibração, devem possuir validade mínima restante de 1 ano, a partir da data de entrega.

5.1.19. A manutenção corretiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos seus softwares de controle.

5.1.20. Para os equipamentos que porventura estejam descontinuados, se não for possível o reparo de determinado módulo do equipamento ou se o reparo se mostrar economicamente insatisfatório, o mesmo deverá ser substituído por módulos de reposição novos e originais que não tragam nenhuma limitação de funcionalidade ou redução de tempo de vida útil do equipamento.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos está listada no item 10. Há a necessidade de hospedagem, também está estimada no item 10.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR, conforme descrito a seguir nos itens 11 e 12.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como:

6.2.1. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

6.2.2. Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos.

6.2.3. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.2.4. Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

6.3. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento de contratação as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

6.4. A empresa a ser contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado.

6.5. A empresa a ser contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

7.1. Não se aplica aos serviços objeto da presente contratação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças da marca Agilent seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento da condição normal de operação dos equipamentos constantes do Anexo I e do item 2 da seção “DO OBJETO”. Para a consecução deste objetivo devem ser previstos os custos referentes a: (a) peças e materiais necessários aos reparos aos custos, descritos no Anexo II, incluindo o seu transporte; (b) despesas de deslocamento (ida e volta), incluindo hospedagem, do técnico da contratada até as unidades da Contratante, cujos endereços estão descritos no Anexo III; (c) mão-de-obra especializada ou horas técnicas (Anexo III).

8.1.2. Para os equipamentos que porventura estejam descontinuados, se não for possível o reparo de determinado módulo do equipamento ou se o reparo se mostrar economicamente insatisfatório, o mesmo deverá ser substituído por módulos de reposição novos e originais que não tragam nenhuma limitação de funcionalidade ou redução de tempo de vida útil do equipamento.

8.1.3. O serviço de manutenção corretiva do equipamento incluirá a correção de falhas e defeitos encontrados, a limpeza e a validação, quando cabível.

8.1.4. Modificações técnicas de melhoria de engenharia poderão ser realizadas no momento do reparo desde que não acarretem limitação das funcionalidades originais ou redução do tempo de vida útil do equipamento e não tragam nenhum custo adicional à Contratante, desde que autorizado pela Contratante.

8.1.5. As peças e materiais aplicáveis deverão ser originais de primeiro uso, novas e compatíveis com o que há de mais atual no mercado, ou recondiçionadas sob responsabilidade da Contratada e com suas respectivas garantias, sempre empregadas dentro das melhores práticas técnicas.

8.1.6. Como todos os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção corretiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho Agilent, em caso de mau funcionamento, ou em computadores disponibilizados pela Contratante em substituição dos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

8.1.7. Sempre que necessário será realizado, durante a vigência do contrato, a Manutenção Corretiva nos equipamentos descritos no Anexo I, de acordo com solicitação da Contratante. A execução dos serviços de manutenção corretiva será iniciada pelo Fiscal Geral do contrato ou pelo Fiscal Local através de e-mail ou telefone, ou caso exista, de Serviço de Atendimento ao Cliente da Contratada. Qualquer que seja o meio de comunicação empregado, a Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

8.1.8. Após a abertura do chamado de manutenção, será estabelecido pela Contratada um cronograma com a expectativa de atendimento, com prévio agendamento junto ao Fiscal Local da unidade técnico-científica da PF, cujo equipamento necessite de manutenção e que deverá ser aprovado pelo Fiscal Geral do Contrato.

8.1.9. Considerando as distâncias envolvidas em manutenções em nível nacional, as etapas de apresentação de cronogramas, agendamentos das manutenções, indicação de Fiscais Locais e aprovação para execução dos serviços, poderão ser feitas por meio eletrônico, através de mensagens trocadas entre e-mail oficial da PF (no caso dos fiscais de contrato) e da empresa contratada.

8.1.10. A Cotação feita remotamente ou no local da manutenção, indicando os procedimentos e eventuais trocas de peças e componentes necessários para a solução do problema e seus valores, deverá ser encaminhado ao Fiscal Geral do Contrato e aprovado pelo mesmo.

- 8.1.11. A manutenção corretiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos softwares de controle do mesmo.
- 8.1.12. Após analisar a Cotação, o Fiscal Geral do contrato poderá autorizar a realização total ou parcial dos serviços ali previstos ou desautorizar a prestação dos mesmos, avaliando os preços e necessidade dos reparos apresentados pela Contratada.
- 8.1.13. Após a formalização da Ordem de Serviço, a Contratada deve enviar por e-mail a Cotação ao Fiscal Geral do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, com detalhamento dos valores de peças, serviços e de deslocamento do técnico.
- 8.1.14. Após aprovação, por e-mail, da Cotação pelo Fiscal Geral, a Contratada disporá de até 30 (trinta) dias para realizar ao menos uma visita técnica na localidade, onde o serviço foi solicitado, e solucionar inteiramente os problemas encontrados no equipamento ou apresentar um nova Cotação, para novos problemas identificados.
- 8.1.15. Uma vez recebida a autorização para a realização da manutenção corretiva, a Contratada disporá de um prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco dias), a partir da aprovação da Cotação, para a completa resolução dos problemas encontrados e a disponibilização do equipamento reparado à Contratante.
- 8.1.16. Em caso de necessidade de importação de peças, que a Contratada não possua em estoque no Brasil, o prazo máximo para a completa resolução dos problemas encontrados, pode ser estendido para até 90 (noventa) dias. A Contratada deve solicitar formalmente a dilação desse prazo por motivo excepcional.
- 8.1.17. Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o Fiscal Geral do contrato poderá estender excepcionalmente, a seu critério, o prazo máximo previsto para a conclusão definitiva do reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.
- 8.1.18. Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.
- 8.1.19. O Fiscal Local nomeado deverá também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos e efetivamente executados pela Contratada. O Fiscal Local encaminhará o Relatório de Serviço ao Fiscal Geral.
- 8.1.20. Após o atesto do Fiscal Local no Relatório de Serviço, a Contratada enviará ao Fiscal Geral do contrato, o pedido de faturamento do serviço executado.
- 8.1.21. Em posse da Cotação, do Relatório de Serviço e do pedido de faturamento da Contratada, o Fiscal Geral fará a avaliação e a confirmação do aceite da execução do serviço, bem como dos valores cobrados pelas peças, deslocamento e horas técnicas. Assim que a avaliação for concluída, o Fiscal Geral comunicará a Contratada, que emitirá as respectivas Notas Fiscais.
- 8.1.22. O recebimento do serviço dar-se-á em caráter provisório mediante a entrega do equipamento reparado à Contratante, com o Relatório de Serviço da Contratada, onde constarão a descrição dos serviços executados, a quantidade de horas técnicas gastas e a relação das peças substituídas.
- 8.1.23. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, pelo Fiscal Local, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 8.1.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 8.1.25. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, conforme item 5.1.27, com a consequente aceitação mediante atesto da Nota Fiscal. Nesse período serão realizados os testes necessários à constatação do pleno funcionamento do equipamento reparado.
- 8.1.26. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.1.27. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.1.28. Caberá ao Fiscal Geral, responsável nacional pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, confrontar, após os relatos dos Fiscais Locais sobre os testes de funcionalidade do equipamento reparado, as informações constantes da Nota Fiscal, que deverá apresentar os custos dos serviços prestados individualizados por Ordem de Serviço, com as informações por ele gerenciadas, atestando-a, caso seja verificada a conformidade, ou notificando a Contratada na ocorrência de inconsistências.

8.2. A execução dos serviços será iniciada através de chamado ao serviço de atendimento ao cliente; a solicitação do serviço de manutenção corretiva será formalizada pelo fiscal do contrato através de *e-mail*, *fax* ou Serviço de Atendimento ao Cliente da Contratada, na forma que segue:

8.2.1. Após a formalização da Ordem de Serviço, a Contratada deve enviar por e-mail a Cotação ao Fiscal Geral do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, com detalhamento dos valores de peças, serviços e de deslocamento do técnico.

8.2.2. Após aprovação, por e-mail, da Cotação pelo Fiscal Geral, a Contratada disporá de até 30 (trinta) dias para realizar ao menos uma visita técnica na localidade, onde o serviço foi solicitado, e solucionar inteiramente os problemas encontrados no equipamento ou apresentar um nova Cotação, para novos problemas identificados.

8.2.3. A Contratada disporá de um prazo de até 45 (quarenta e cinco dias úteis) para a completa resolução dos problemas encontrados e a disponibilização do equipamento reparado à Contratante.

8.2.4. Em caso de necessidade de importação de peças, que a Contratada não possua em estoque no Brasil, o prazo máximo para a completa resolução dos problemas encontrados, pode ser estendido para até 90 (noventa) dias. A Contratada deve solicitar formalmente a dilação desse prazo por motivo excepcional.

8.2.5. Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o fiscal do contrato da Contratante poderá estender, a seu critério, o prazo máximo previsto para o reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

8.2.6. Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

8.2.7. O Fiscal Local nomeado deverá também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos e efetivamente executados pela Contratada. O Fiscal Local encaminhará o Relatório de Serviço ao Fiscal Geral.

8.2.8. Após o atesto do Fiscal Local no Relatório de Serviço, a Contratada enviará ao Fiscal Geral do contrato, o pedido de faturamento do serviço executado.

8.2.9. O recebimento do serviço dar-se-á em caráter provisório mediante a entrega do equipamento reparado à Contratante, com o Relatório de Serviço da Contratada, onde constarão a descrição dos serviços executados, a quantidade de horas técnicas gastas e a relação das peças substituídas.

8.2.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 02 (dois) dias, pelo Fiscal Local, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante atesto da Nota Fiscal. Nesse período serão realizados os testes necessários à constatação do pleno funcionamento do equipamento reparado.

8.2.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.2.15. Caberá ao Fiscal Geral, responsável nacional pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, confrontar, após os relatos dos Fiscais Locais sobre os testes de funcionalidade do equipamento reparado, as informações constantes da Nota Fiscal, que deverá apresentar os custos dos serviços prestados individualizados por Ordem de Serviço, com as informações por ele gerenciadas, atestando-a, caso seja verificada a conformidade, ou notificando a Contratada na ocorrência de inconsistências.

8.2.16. Em posse da Cotação, do Relatório de Serviço e do pedido de faturamento da Contratada, o Fiscal Geral fará a avaliação e a confirmação do aceite da execução do serviço, bem como dos valores cobrados pelas peças, deslocamento e horas técnicas. Assim que a avaliação for concluída, o Fiscal Geral comunicará a Contratada, que emitirá as respectivas Notas Fiscais.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas no ANEXO II, promovendo sua substituição quando necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A proposta visa à contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças para as localidades listadas no Anexo III.

10.1.2. Serão utilizadas até 150 horas/técnicas durante a vigência do Contrato.

10.1.3. A proposta visa à contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças para para 10 (dez) Cromatógrafos Gasosos acoplados a espectrômetros de massas (CG-EM), 4 (quatro) cromatógrafos líquidos de alta eficiência (HPLC), 1 (um) cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 2 (dois) espectrofotômetros de ultravioleta-visível (UV-Vis) e 1 (um) espectrômetro de absorção atômica (AA), todos da marca Agilent, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal (Anexo I deste instrumento, 20610224), situado na cidade de Brasília/DF; 34 (trinta e quatro) Cromatógrafos Gasosos acoplados a espectrômetros de massas (CG-EM), 3 (três) cromatógrafos líquidos de alta eficiência (HPLC), 35 (trinta e cinco) espectrofotômetros de ultravioleta-visível (UV-Vis) e 4 (quatro) espectrômetros de infravermelho por transformada de Fourier (FTIR), todos da marca Agilent, nas unidades descentralizadas (endereços no Anexo III deste instrumento). A descrição da solução também inclui 1 (um) espectrômetro de massa com plasma indutivamente acoplado modelo 7500ce ICP-MS da marca Agilent instalado em Brasília/DF (Item 2 da Tabela na seção "DO OBJETO").

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1. Atendimentos em concordância com os prazos previstos, a partir da solicitação formal;

15.13.2. Solução do problema relatado com base na verificação de desempenho do equipamento;

15.13.3. Verificação dos prazos de validade, quando aplicável, conforme item 5.1.16.

15.14. O Fiscal Geral do contrato e/ou os Fiscais Locais deverão acionar a contratada para a prestação dos serviços de Manutenção Corretiva, através de chamado por telefone ou por e-mail.

15.15. O Fiscal Local deverá acompanhar todo o procedimento de manutenção realizado, devendo também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos, horas técnicas efetivamente executadas, peças e componentes trocados, e o deslocamento necessário, etc.

15.16. Caso haja necessidade de troca de peças não previstas no item 9.1, a Contratada deverá enviar, além da Cotação, documento comprovando que os preços praticados são os de mercado. Tais documentos podem ser Notas fiscais para outras instituições; planilhas de custos, e outros que justifiquem a composição do preço praticado. Assim, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação do preço apresentado pela empresa e atestar o pagamento da nota fiscal do fornecimento de peças.

15.17. Em caso de dificuldade da empresa em comprovar o preço aplicado, poderá o Fiscal Geral realizar pesquisa de mercado junto a outras empresas, com o intuito de concluir se os preços propostos pela Contratada, na Cotação, são justos.

15.18. Caso haja necessidade de troca de uma quantidade maior de: peças, deslocamentos ou horas técnicas do que as previstas **nos itens 9 e 10**, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação e atestar o pagamento das Nota Fiscais, desde que não extrapolem o valor total empenhado no contrato. Nesses casos, o Fiscal Geral deverá avaliar a pertinência, urgência e necessidade dessas manutenções corretivas.

15.19. Em casos que as peças a serem utilizadas em um reparo técnico possam ser facilmente trocadas pelos responsáveis locais dos equipamentos, e o envio das peças seja mais rápido e econômico que o deslocamento do técnico ao local do reparo, a Fiscalização poderá em caráter excepcional aprovar o envio das peças sem o respectivo atendimento técnico local, após avaliar a pertinência, urgência e necessidade desse procedimento.

15.20. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.21. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.1.2. Aprovação de cotação da CONTRATADA com estimativa de serviços e valores de acordo com o contrato.

16.1.3. Acompanhamento da execução de cada serviço, para comprovação das peças trocadas e das horas técnicas efetivamente gastas pelo técnico da CONTRATADA.

16.1.4. Aprovação de Relatório de Serviços da CONTRATADA.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 7 (sete) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, um dos fiscais Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.7.1. não produziu os resultados acordados;

18.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2018, quando couber.

18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100)$	$I = 0,00016438$
------------	-------	-------------	------------------

	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%
--	-----	------------------------------------

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade nos atendimentos durante a execução do contrato, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

20.1.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

20.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

21.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

21.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “21.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.2.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 05 (cinco) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017. Tal demanda por experiência ocorre devido à complexidade dos equipamentos atendidos neste Contrato.

22.3.2.1.2 Comprovação da capacitação técnico-profissional: declaração de que o licitante de possuirá em seu quadro permanente, na data prevista para assinatura do contrato, profissional de nível superior ou outro devidamente

reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

22.3.2.1.3 Para a comprovação de capacidade técnico operacional, apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação. A complexidade e variedade dos equipamentos exigem que o Licitante possua a capacidade técnico-operacional para o atendimento integral do quantitativo que se pretende contratar.

22.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor Global por item:

22.4.1.1. Item 1: **R\$ 2.369.253,78** (dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).

22.4.1.2. Item 2: **R\$ 32.552,13** (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e treze centavos).

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por item.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.401.805,91

24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA - DITEC/PF (11.07);

Fonte de Recursos: TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000);

Programa de Trabalho: 06122003220000001;

Elemento de Despesa: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (339039);

Plano Interno: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (PF99900AG22);

Nota de Empenho: fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2022.

MAURÍCIO LEITE VIEIRA
Perito Criminal Federal
Equipe de Planejamento da Contratação

ELVIO DIAS BOTELHO
Perito Criminal Federal
Chefe do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

NIVALDO PONCIO
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico – DITEC/PF

Aprovo este Termo de Referência para serviço de manutenção corretiva com fornecimento de peças para equipamentos da marca Agilent, incluindo o valor de deslocamento para realização dos serviços em Brasília-DF e unidades descentralizadas de perícia.

ANEXO I - Equipamentos Instalados na Polícia Federal 2021 (SEI 20610224).

ANEXO II - Lista de peças previstas para reposição com os seus preços máximos aceitáveis.

#	Part Number	Descrição	Quantidade	Valor máximo aceitável unitário (R\$)	Valor máximo aceitável total (R\$)
PEÇAS PREVISTAS PARA OS EQUIPAMENTOS DO ITEM 1					
1	G1322-60002	Tubo de plástico não reforçado, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 3.246,20	R\$ 3.246,20
2	G1322-60003	Válvula para transmissão pneumática, de uso no cromatógrafo líquido, Agilent.	1	R\$ 6.467,84	R\$ 6.467,84
3	G1322-60001	Câmara de vácuo para o dispositivo mecânico, de uso no cromatógrafo líquido, Agilent.	1	R\$ 39.879,71	R\$ 39.879,71
4	5062-8562	Cartucho para válvula de injeção ativa (400 bar).	1	R\$ 1.843,84	R\$ 1.843,84
5	5063-6589	Selo do pistão, de plástico, de uso no cromatógrafo líquido Agilent. Pacote contendo 02 unidades.	1	R\$ 945,77	R\$ 945,77
6	G1312-60071	Acessório - válvula de purga, em aço inoxidável.	1	R\$ 3.251,15	R\$ 3.251,15
7	G1312-60025	Válvula de retenção para controle de solvente, sem o cartucho de filtração, de uso no cromatógrafo líquido, Agilent.	1	R\$ 3.129,40	R\$ 3.129,40
8	79835-60005	Dispositivo amortecedor de pressão para o dispositivo mecânico de alimentação de fluido hidráulico, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 17.793,18	R\$ 17.793,18
9	G1311-67701	Acessório - válvula de gradiente para cromatografos líquidos Agilent 1100.	1	R\$ 14.979,71	R\$ 14.979,71
10	G1312-60067	Válvula de saída, de uso nos cromatografos líquidos das séries 1220/1260 Agilent.	1	R\$ 3.611,79	R\$ 3.611,79
11	G1312-67302	Misturador capilar para o dispositivo mecânico G1312A,	1	R\$ 986,00	R\$ 986,00
12	G1312-87301	Restrição capilar de aço inoxidável, de 0.17mm id para o caminho do solvente do dispositivo mecânico binária, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 537,00	R\$ 537,00
13	0100-1853	Selo rotor de plástico (vespel) para a válvula de injeção, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 855,86	R\$ 855,86
14	G1329-87017	Assento capilar de 0.17mm ID para o amostrador automático, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 1.463,52	R\$ 1.463,52
15	G1313-87201	Agulha em aço para o amostrador automático G1313A, de	1	R\$ 601,68	R\$ 601,68
16	G1314-60100	Lâmpada de deutério de emissão ultravioleta para o detector de comprimento de onda variável (vwd), de uso no	1	R\$ 4.044,63	R\$ 4.044,63

		cromatógrafo líquido Agilent.			
17	G1314-65050	Conjunto de reparo da cela de fluxo, composto de: janelas de quartzo e gaxetas de vedação para o detector de comprimento de ondas variáveis (vwd), de uso exclusivo no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 2.156,54	R\$ 2.156,54
18	G1103-60001	Lâmpada de tungstênio, de uso no espectrofotômetro (uv-vis) Agilent.	1	R\$ 1.202,72	R\$ 1.202,72
19	2140-0813	Lâmpada de deutério de emissão ultravioleta de 30w e 85v, longa vida, para os detectores, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	1	R\$ 6.484,79	R\$ 6.484,79
20	G1315-60012	Cela de fluxo padrão de 10mm,	1	R\$ 8.856,81	R\$ 8.856,81
21	2140-0605	Lâmpada de deutério de emissão ultravioleta, de uso no espectrofotômetro (uv-vis), Agilent.	2	R\$ 4.810,17	R\$ 9.620,33
22	2110-0036	Fusível médio de 8a e 250v, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	2	R\$ 100,71	R\$ 201,42
23	2110-0098	Fusível de cerâmica de 20a e 250v, de uso nos equipamentos Agilent.	2	R\$ 193,79	R\$ 387,58
24	G1530-60051	Placa eletrônica montada distribuidora de energia elétrica, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso, Agilent.	1	R\$ 7.279,26	R\$ 7.279,26
25	G1530-61030	Sensor de temperatura do forno, de uso exclusivo do cromatografo Agilent.	1	R\$ 4.850,91	R\$ 4.850,91
26	G1531-60680	Cabo de ignitor para uso em detector de ionizacao de chama, de uso em cromatografia, Agilent.	1	R\$ 521,40	R\$ 521,40
27	5188-5367	Selo dourado para base do injetor split/splitless, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 350,34	R\$ 350,34
28	19251-60540	Tubo de vidro tipo liner, com lã de vidro, não desativado, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 177,16	R\$ 177,16
29	5181-3383-50	Septo em borracha de uso no injetor automático mod. 7693A, Agilent. O código 5181-3383 foi alterado pelo fabricante para 51813383-50, sem alteração nas características do item.	1	R\$ 465,47	R\$ 465,47
30	G1530-67950	Sensor de aquecimento para detetores do tipo	1	R\$ 5.783,46	R\$ 5.783,46
31	G1544-60500	Bloco de controle eletrônico de pressão (EPC) do injetor capilar, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 32.933,74	R\$ 32.933,74
32	G1530-63870	Conjunto para conversão do forno para 240v, composto de: resistência do forno, fusíveis e acessórios, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 11.560,75	R\$ 11.560,75
33	G3430-61851	Placa de circuito impresso, de uso exclusivo em cromatografos, Agilent.	1	R\$ 7.245,92	R\$ 7.245,92
34	G3430-60529	Placa eletrônica controladora montada para o amostrador automático de líquidos (als), de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 15.073,81	R\$ 15.073,81
35	G3456-61810	Placa eletrônica de entrada de dados, para cromatógrafo gasoso Agilent 7890.	1	R\$ 2.470,05	R\$ 2.470,05
36	5188-6495	Conjunto composto de: cartucho sobressalente e anel de vedação, para manutenção do filtro de saída do split vent, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 539,39	R\$ 539,39
37	G3430-67013	Conjunto da válvula para controle de gás, composto de: controlador eletrônico de pressão, anéis de vedação, suporte e manual de instrução, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 4.230,52	R\$ 4.230,52

38	5188-5348	Solução padrão de octafluoronaftaleno-ofn na concentração de 1 picograma por mililitro para verificação de performance inclui 3 ampolas com 1 ml de solução octafluoronaftaleno em isoctano, de uso no cromatógrafo gasoso gc Agilent.	1	R\$ 624,42	R\$ 624,42
39	G1544-80530	Filtro de ar, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 1.009,74	R\$ 1.009,74
40	RMSH-2	Aparelho para filtrar e depurar gases(hélio), de uso no cromatógrafo gasoso, Agilent.	4	R\$ 2.482,40	R\$ 9.929,60
41	G1530-61640	Resistência do forno de 240v, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso, Agilent.	8	R\$ 6.904,36	R\$ 55.234,84
42	0905-1442	Anel de vedação 2-277 de borracha não endurecida, cor preta, de uso nos cromatografos Agilent.	9	R\$ 1.519,37	R\$ 13.674,29
43	2110-0875	Fusível metrico 4 amperes, 250v, utilizado no espectrometro de massas Agilent.	4	R\$ 136,62	R\$ 546,46
44	2110-0969	Fusível (métrico) de 8a e 250v, para uma tensão não superior a 1000v, de uso no cromatografo liquido, Agilent.	2	R\$ 293,59	R\$ 587,18
45	G1099-65015	Placa eletrônica lateral, uso exclusivo no espectrometro de massas Agilent.	2	R\$ 61.508,92	R\$ 123.017,83
46	G1099-80018	Fonte de alimentação bipolar 73ci, com potência máxima de 100mw, de uso no espectrômetro de massas Agilent.	1	R\$ 34.901,61	R\$ 34.901,61
47	05971-80103	Cone de reposição para a eletromultiplicadora, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent.	8	R\$ 12.255,05	R\$ 98.040,36
48	G1099-80001	Detector tipo hed, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent.	1	R\$ 20.547,05	R\$ 20.547,05
49	G7005-60061	Filamento incandescente para ionização de amostras, de uso no cromatografo gasoso, Agilent. GCMS	16	R\$ 1.287,53	R\$ 20.600,48
50	G3170-60180	Bloco metálico de aquecimento com sensor, com repeller incluso, de uso exclusivo no espectrômetro de massas, Agilent.	1	R\$ 7.641,68	R\$ 7.641,68
51	6040-0834	Frasco contendo óleo lubrificante, de uso no espectrômetro de massas Agilent.	9	R\$ 294,70	R\$ 2.652,30
52	8500-0656	Reagente amostra padrão de 10g perfluorotributilamina (pftba) para calibração, de uso no espectrômetro de massas Agilent.	3	R\$ 1.999,48	R\$ 5.998,43
53	G1099-80039	Filtro de óleo de 3/8 polegadas para a saída do dispositivo mecânico para gerador de vácuo, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 2.403,40	R\$ 2.403,40
54	G3430-60101	Placa eletrônica lógica montada, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 6.234,56	R\$ 6.234,56
55	G1999-60401	Interface para ionização química, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso (gc/ms) Agilent.	1	R\$ 36.960,67	R\$ 36.960,67
56	G1099-20133	Isolador ultra 73, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent.	1	R\$ 961,38	R\$ 961,38
57	G1099-65010	Placa eletrônica principal montada, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent.	1	R\$ 34.191,95	R\$ 34.191,95
58	G3169-60177	Aquecedor/sensor anodizado de temperatura, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent.	1	R\$ 9.167,52	R\$ 9.167,52
59	G1099-89024	Dispositivo mecânico para gerador, de uso no espectrômetro de massas, Agilent.	10	R\$ 11.585,37	R\$ 115.853,65
60	8121-0008	Cabo lan de 25v, com conector, de uso nos equipamentos Agilent.	1	R\$ 94,68	R\$ 94,68
61	G1530-	Cabo remoto em y (startstop) com tensão de 220v e conector,	1	R\$ 4.257,19	R\$

	61200	de uso nos equipamentos Agilent.			4.257,19
62	G3170-65006	Placa eletrônica montada ac 75/73 msd, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent.	1	R\$ 14.072,03	R\$ 14.072,03
63	G3170-65010	Placa eletrônica principal montada, de uso exclusivo no espectrômetro de massas/óptico Agilent.	1	R\$ 26.672,51	R\$ 26.672,51
64	G3170-89026	Dispositivo mecanico para gerador de vácuo de 2.5 rvp de 220v, de uso espectrômetro de massas,Agilent.	1	R\$ 21.853,29	R\$ 21.853,29
65	G1099-60300	Interface, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso e espectrômetro de massas série 5973, Agilent.	1	R\$ 39.220,61	R\$ 39.220,61
66	2322590004	Agulha para transferência de amostra de 0.2mm x 0.5mm, para o amostrador automático tipo headspace g1888a, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 4.479,99	R\$ 4.479,99
67	3600500001	Válvula para o amostrador automático tipo headspace, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 3.385,86	R\$ 3.385,86
68	3600500002	Válvula pressurização, de uso no amostrador automático tipo headspace network g1888a Agilent.	1	R\$ 1.987,10	R\$ 1.987,10
69	410103101	Tubo transferidor de amostra para o o amostrador automático tipo headspace network g1888a, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 10.935,21	R\$ 10.935,21
70	6550209030	Suporte para frascos para o amostrador automático tipo headspace g1888a, de uso exclusivo no cromatógrafo gasoso Agilent.	1	R\$ 5.000,48	R\$ 5.000,48
71	G1969-00060	Degasser para o HPLC 1100	1	R\$ 2.424,00	R\$ 2.424,00
72	G1969-60012	Ventilador para eletrônica do MS 5973/5975C	1	R\$ 6.337,04	R\$ 6.337,04
73	G1969-80225	Correia tensora CTC Pal 120	1	R\$ 996,77	R\$ 996,77
74	G1888-60706	Correia tensora CTC Pal 120	1	R\$ 724,86	R\$ 724,86
75	0460-0186	Cabo do visor do MS 5973 intert	1	R\$ 392,47	R\$ 392,47
76	G1311-60001	Visor do MS 5973 intert	1	R\$ 37.135,20	R\$ 37.135,20
77	G4225A	NEW-SQ 5975 5977A/B Sideboard, Sup	1	R\$ 37.857,16	R\$ 37.857,16
78	G3170-60565	Gas Clean Filter Carrier Gas	1	R\$ 2.518,81	R\$ 2.518,81
79	G6500-88014	TRANSFER LINE BRAZE	1	R\$ 590,54	R\$ 590,54
80	G6500-88005	New-Duo 3 Rvp (230v)	1	R\$ 590,54	R\$ 590,54
81	G2589-60030	Electron Multiplier	1	R\$ 2.148,34	R\$ 2.148,34
82	G2589-60584	Ceramic Source Bd and Cable Assy - 5977A	1	R\$ 13.861,85	R\$ 13.861,85
83	G7077-67115	O-RING, 2-025, Fluorocarbon, Brown	1	R\$ 45.803,65	R\$ 45.803,65
84	CP17973	HED PS kit unipolar	1	R\$ 1.658,34	R\$ 1.658,34
85	G3870-60301	New-24V IDP3 scroll pump with valve	1	R\$ 8.581,58	R\$ 8.581,58
86	G7077-80056	VCR Gasket, Size 4,Ag on	1	R\$ 25.348,24	R\$ 25.348,24
87	G7002-80103	AC Board - turbo pump -	1	R\$ 18.803,75	R\$ 18.803,75
88	G3870-	QUAD Contact Assy	1	R\$ 14.271,13	R\$

	67625				14.271,13
89	0905-1405	Internal Nut,CFT Capillary fitting	1	R\$ 173,74	R\$ 173,74
90	G7077-67117	EXTRACTOR LENS, 6MM	1	R\$ 20.284,00	R\$ 20.284,00
91	G7077-80057	1/8in x .065in Copper Tubing,50 Ft Coil	1	R\$ 46.514,51	R\$ 46.514,51
92	0100-1436	1/8in x .065in Copper Tubing,50 Ft Coil	1	R\$ 865,42	R\$ 865,42
93	G3870-65009	OFN NCI Checkout standard 100 fg/uL	1	R\$ 10.262,05	R\$ 10.262,05
94	G1099-60142	New-Duo 3 Rvp (115v)	1	R\$ 4.733,48	R\$ 4.733,48
95	G2855-20530	EXCH-24V IDP3 scroll pump with valve	1	R\$ 239,77	R\$ 239,77
96	G3870-20448	Tee, 1/8inch Brass Union 2/PK	1	R\$ 1.682,40	R\$ 1.682,40
97	5180-4196	Agilent Vacuum Fluid 45	1	R\$ 713,23	R\$ 713,23
98	5188-5347	Ferrule, flexi inert 0.25mm col 10/PK	1	R\$ 624,42	R\$ 624,42
99	G7077-80055	77 Micro Ion Vacuum Gauge	1	R\$ 24.196,12	R\$ 24.196,12
100	G7077-89057	Extraction Source Assy	1	R\$ 46.514,34	R\$ 46.514,34
101	5180-4160	Extraction Lens Insulator	1	R\$ 326,12	R\$ 326,12
102	5191-5851	Repeller, 5975	1	R\$ 505,33	R\$ 505,33
103	G3188-27501	Column Nut for MS interface	1	R\$ 452,28	R\$ 452,28
104	G3870-80030	Fuse 4.0A 250.0V Time-Delay Socket	1	R\$ 8.173,79	R\$ 8.173,79
105	G3870-67720	Reg M2B 1/8in Tub	1	R\$ 45.174,64	R\$ 45.174,64
106	G3870-20530	77 Side Board Control Cable	1	R\$ 3.708,80	R\$ 3.708,80
107	G2589-20044	Thor-Filament-Assembly	1	R\$ 1.351,80	R\$ 1.351,80
108	05988-20066	Xfer Tip	1	R\$ 142,04	R\$ 142,04
109	2110-0734	Cbl, Lens/Htr Drive	1	R\$ 746,43	R\$ 746,43
110	G4350-20000	5977B Transfer Line Assy - HE Support	1	R\$ 130,72	R\$ 130,72
111	G3870-60410	New-Duo 2.5 Rvp (230v)	1	R\$ 589,89	R\$ 589,89
112	G7002-60001	IDP-3 24-Volt Power-Supply	1	R\$ 6.454,36	R\$ 6.454,36
113	G3870-20542	IDP3 Tipseal Maintenance Kit	1	R\$ 3.022,70	R\$ 3.022,70
114	G1099-60428	Insulator, Extraction Lens Ring	1	R\$ 7.347,12	R\$ 7.347,12
115	G7077-67300	GCMS Tuning Standard -	1	R\$ 15.052,41	R\$ 15.052,41
116	G3870-80056	HEATER/SENSOR ASSY	1	R\$ 22.731,40	R\$ 22.731,40
117	G3870-60600	Entrance Lens Assembly	1	R\$ 11.054,49	R\$ 11.054,49
118	G7077-67018	Cbl, HED Output	1	R\$ 4.512,00	R\$ 4.512,00

119	G3870-20445	5977 Extraction EI 350 Repeller	1	R\$ 1.687,03	R\$ 1.687,03
120	05971-60571	Extraction Lens, 9mm	1	R\$ 824,12	R\$ 824,12
121	G1099-60107	CI Filament- 2PK	1	R\$ 5.985,13	R\$ 5.985,13
122	G3170-20126	5977 Inert Ion Source Assy	1	R\$ 1.347,26	R\$ 1.347,26
123	G1099-60431	Fan Assembly	1	R\$ 3.954,88	R\$ 3.954,88
124	G3870-67171	Extraction Lens, 3mm	1	R\$ 8.392,49	R\$ 8.392,49
125	G3870-20449	GC-MSD Comm Cable	1	R\$ 1.450,14	R\$ 1.450,14
126	G7005-60072	5977 Heater/Sensor Ext Assy-	1	R\$ 4.026,37	R\$ 4.026,37
127	G3870-67700	VCR Gasket, Size 2, Silverplated Nickel	1	R\$ 37.317,27	R\$ 37.317,27
128	G7005-60564	High Volt Feed Thru	1	R\$ 1.328,80	R\$ 1.328,80
129	G3870-20444	Lens Insulator Enhanced,	1	R\$ 1.563,01	R\$ 1.563,01
130	G3430-60589	MSD HTD ZONE	1	R\$ 430,96	R\$ 430,96
131	G3870-67177	Lens insulator,597X MSD	1	R\$ 9.876,54	R\$ 9.876,54
132	0100-0468	M3 Set Screw - gold plated	1	R\$ 234,17	R\$ 234,17
133	G1099-80012	NEW-5977 EI Extraction Analyzer,Support	1	R\$ 4.279,67	R\$ 4.279,67
134	G7002-20074	Control Cable, Micro Ion	1	R\$ 3.995,19	R\$ 3.995,19
135	G1530-60790	Drawout Plate, 6mm, inert,	1	R\$ 2.065,30	R\$ 2.065,30
136	G3170-20530	GCMS Ring Heater/Sensor Assembly	1	R\$ 3.287,48	R\$ 3.287,48
137	G3870-20446	ION FOCUS-ONE PIECE	1	R\$ 167,14	R\$ 167,14
138	G7077-67201	Fuse 12.5A 250V Time-Lag 5X20mm catridge	1	R\$ 143.916,82	R\$ 143.916,82
139	G3870-60802	HES, Half Ramp, Support	1	R\$ 3.585,78	R\$ 3.585,78
140	G2589-20045	Repeller Ultra-Clean, 5973	1	R\$ 1.303,97	R\$ 1.303,97
141	G7002-60058	CI Tip Compression Spring	1	R\$ 32.538,36	R\$ 32.538,36
142	05971-20143	Drawout Plate, 6mm, 5973/5975	1	R\$ 3.184,02	R\$ 3.184,02
143	2110-1398	8890A Programmed Processor Board	1	R\$ 156,73	R\$ 156,73
144	G7004-67056	8890 SSL-100PSI EPC With Package	1	R\$ 57.964,55	R\$ 57.964,55
145	G1099-20132	Ignitor Glow Plug Assembly	1	R\$ 1.579,79	R\$ 1.579,79
146	G1999-20023	8890 Split Vent Trap Assembly	1	R\$ 185,85	R\$ 185,85
147	G3163-20530	8890 Analog & Power PCA	1	R\$ 3.654,76	R\$ 3.654,76
148	G3450-61110	8890-60 EPC Cage Fan	1	R\$ 13.447,99	R\$ 13.447,99
149	G3450-	8890 SSL MMI Top Insert	1	R\$ 34.595,04	R\$

	67401				34.595,04
150	19231-60680	Size 2-006 O-Ring, Fluorocarbon, 12/PK	1	R\$ 533,90	R\$ 533,90
151	G3450-60832	Liner,split,low prs drop,glswl,tp,deact	1	R\$ 14.196,69	R\$ 14.196,69
152	G3450-61810	FID Jet, universal fit, 0.011 inch ID	1	R\$ 18.373,85	R\$ 18.373,85
153	G3450-67670	8890 FID Capillary Brazement Assembly	1	R\$ 648,01	R\$ 648,01
154	G3450-67576	Diffuse Jog Flat Mirror	1	R\$ 6.599,33	R\$ 6.599,33
155	5180-4181	1/8 Dia Filter Screen 2 Micron	1	R\$ 112,40	R\$ 112,40
156	5183-4647	8890 FID EPC With Package	1	R\$ 317,61	R\$ 317,61
157	5200-0176	Support-8890 TCD Cell Assembly wo EPC	1	R\$ 458,49	R\$ 458,49
158	G3450-67710	Cap Inlet Shell Weldment	1	R\$ 7.023,37	R\$ 7.023,37
159	0100-0161	Tee, 1/8 inch Brass	1	R\$ 258,13	R\$ 258,13
160	0100-2001	Inlet EPC Partner Fitting	1	R\$ 127,21	R\$ 127,21
161	G3450-67450	8890 SSL MMI Top Insert	1	R\$ 35.731,06	R\$ 35.731,06
162	G3450-67321	QuickPick Split Vent + Inlet PM kit	1	R\$ 38.597,09	R\$ 38.597,09
163	G3452-80570	8890 PCA FID Electrometer	1	R\$ 5.071,71	R\$ 5.071,71
164	0100-0090	8890 Analog & Power PCA	1	R\$ 222,86	R\$ 222,86
165	G4585-20094	8890-60 EPC Cage Fan	1	R\$ 596,22	R\$ 596,22
166	G3450-67633	8890 SSL MMI Top Insert	1	R\$ 9.151,13	R\$ 9.151,13
167	5188-6496	Size 2-006 O-Ring, Fluorocarbon, 12/PK	1	R\$ 1.655,43	R\$ 1.655,43
168	G3450-61881	Liner,split,low prs drop,glswl,tp,deact	1	R\$ 8.605,15	R\$ 8.605,15
169	0100-2144	FID Jet, universal fit, 0.011 inch ID	1	R\$ 605,90	R\$ 605,90
170	G1531-20700	FID Collector Insulator	1	R\$ 198,97	R\$ 198,97
				Subtotal item 1	R\$ 2.004.502,86
PEÇAS PREVISTAS PARA O EQUIPAMENTO DO ITEM 2					
172	G1833-65566	Fonte geradora de rádio frequência (RF),de uso exclusivo no espectrômetro de massas, Agilent.	2	R\$ 168,54	R\$ 337,08
173	G1833-65094	Placa metálica para acabamento estético para instalação da placa de comunicação smart card, de uso exclusivo no cromatografo liquido lcms Agilent.	2	R\$ 2.298,00	R\$ 4.596,00
174	3162-1056	Placa eletrônica montada, de uso exclusivo no espectrômetro de massas Agilent. Os precos não incluem ICMS e IPI, devido	2	R\$ 1.216,00	R\$ 2.432,00
175	6040-0798	Cabo principal para alimentação de acessório ventilador para bomba turbo	2	R\$ 927,00	R\$ 1.854,00
176	G1820-65025	Kit de comunicação para o headspace de uso exclusivo no cromatografo gasoso Agilent, acompanha arruelas metálicas, parafuso, manual de instalação, presilhas para cabos e pulseira condutora.	2	R\$ 89,00	R\$ 178,00

177	G1820-65050	Fita em plastico, adesiva isolante especial para alta tensão, de uso no cromatógrafo gasoso Agilent.	2	R\$ 2.760,00	R\$ 5.520,00
178	5185-5850	Motor de acionamento dos pistões dos dispositivos mecanicos, de uso no cromatógrafo líquido Agilent.	2	R\$ 2.974,00	R\$ 5.948,00
				Subtotal item 2	R\$ 20.865,08
				Total de peças	R\$ 2.025.502,86

ANEXO III - Serviços de deslocamento para cada cidade e de horas técnicas previstos, com os seus preços máximos aceitáveis.

Cidade	Estado	Quantidade	Valor máximo aceitável unitário (R\$)	Valor máximo aceitável total (R\$)
RIO BRANCO	ACRE	1	R\$ 6.801,11	R\$ 6.801,11
MACEIÓ	ALAGOAS	2	R\$ 4.830,36	R\$ 9.660,71
MACAPÁ	AMAPÁ	1	R\$ 8.224,11	R\$ 8.224,11
MANAUS	AMAZONAS	1	R\$ 7.490,91	R\$ 7.490,91
SALVADOR	BAHIA	3	R\$ 2.854,00	R\$ 8.562,00
FORTALEZA	CEARÁ	3	R\$ 6.596,01	R\$ 19.788,02
BRASÍLIA	DISTRITO FEDERAL	11*	R\$ 2.363,10	R\$ 25.994,10
VILA VELHA	ESPÍRITO SANTO	1	R\$ 6.015,51	R\$ 6.015,51
GOIÂNIA	GOIÁS	1	R\$ 3.008,00	R\$ 3.008,00
SÃO LUIS	MARANHÃO	1	R\$ 7.246,91	R\$ 7.246,91
CUIABÁ	MATO GROSSO	1	R\$ 5.701,31	R\$ 5.701,31
CAMPO GRANDE	MATO GROSSO DO SUL	1	R\$ 6.317,41	R\$ 6.317,41
DOURADOS	MATO GROSSO DO SUL	1	R\$ 6.327,41	R\$ 6.327,41
BELO HORIZONTE	MINAS GERAIS	2	R\$ 1.512,00	R\$ 3.024,00
JUIZ DE FORA	MINAS GERAIS	1	R\$ 2.659,76	R\$ 2.659,76
UBERLÂNDIA	MINAS GERAIS	1	R\$ 3.924,49	R\$ 3.924,49
BELÉM	PARÁ	1	R\$ 6.753,71	R\$ 6.753,71
CABEDELO	PARAÍBA	3	R\$ 6.275,26	R\$ 18.825,77
CURITIBA	PARANÁ	3	R\$ 1.720,60	R\$ 5.161,80
FOZ DO IGUAÇU	PARANÁ	3	R\$ 6.492,31	R\$ 19.476,92
GUAIRÁ	PARANÁ	1	R\$ 6.402,31	R\$ 6.402,31
RECIFE	PERNAMBUCO	5	R\$ 3.141,80	R\$ 15.709,00
TERESINA	PIAUÍ	2	R\$ 7.032,31	R\$ 14.064,61
RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	2	R\$ 1.720,20	R\$ 3.440,40
NATAL	RIO GRANDE DO NORTE	2	R\$ 4.802,76	R\$ 9.605,51
PORTO ALEGRE	RIO GRANDE DO SUL	2	R\$ 2.250,40	R\$ 4.500,80
SANTA MARIA	RIO GRANDE DO SUL	1	R\$ 5.380,79	R\$ 5.380,79
PELOTAS	RIO GRANDE DO SUL	1	R\$ 3.407,76	R\$ 3.407,76
PORTO VELHO	RONDÔNIA	1	R\$ 6.561,91	R\$ 6.561,91
BOA VISTA	RORAIMA	1	R\$ 8.364,71	R\$ 8.364,71
FLORIANÓPOLIS	SANTA CATARINA	1	R\$ 3.132,86	R\$ 3.132,86

SÃO PAULO	SÃO PAULO	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANTOS	SÃO PAULO	1	R\$ 1.090,41	R\$ 1.090,41
RIBERÃO PRETO	SÃO PAULO	1	R\$ 2.458,26	R\$ 2.458,26
ARACAJÚ	SERGIPE	1	R\$ 4.621,49	R\$ 4.621,49
PALMAS	TOCANTINS	2	R\$ 6.746,91	R\$ 13.493,81
			TOTAL	R\$ 283.198,48
			Valor Item 1	R\$ 280.835,38
			Valor Item 2	R\$ 2.363,10

Item	Quantidade (horas)	Valor máximo aceitável unitário (R\$)	Valor máximo aceitável total (R\$)
Item 1	135	R\$ 621,60	R\$ 83.915,55
Item 2	15	R\$ 621,60	R\$ 9.323,95
		Total horas técnicas	R\$ 93.239,50

* Devem ser considerados 10 (dez) deslocamentos para manutenções dos equipamentos listados no item 01 e 01 (um) deslocamento para manutenção do equipamento listado no item 02.



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO DIAS BOTELHO, Chefe de Serviço**, em 29/08/2022, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO LEITE VIEIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 30/08/2022, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GUANAES COSSO, Diretor - Substituto(a)**, em 31/08/2022, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24744623** e o código CRC **2D056777**.